

RELATÓRIO INSTITUCIONAL

2007-2012

ACTbr
Aliança de Controle do Tabagismo



Diretoria

Paula Johns – Diretora
Mônica Andreis – Vice-Diretora
Anna Monteiro – Diretora de Comunicação
Sílvia Maria Cury Ismael – Tesoureira

Conselho Fiscal

Cristiane Martins Baía Sales
Hélio Sérgio Ribeiro Caldas Filho
Marcelo Golin Buzzatti

Conselho Honorário

Antonio Pedro Mirra
Dráuzio Varella
Mário Albanese

Conselho Consultivo

Aloysio Achutti
Ana Maria Baptista Menezes
Antonio Carlos da Cunha
Aristóteles Comte de Alencar Filho
Luis Carlos Correa da Silva
Luis Renato Vedovato
Marina Seelig
Mário Albanese
Montezuma Pimenta Ferreira
Sabrina Presmann
Sérgio Boeria
Vera Luiza da Costa e Silva

Equipe de Trabalho

Ao longo desses cinco anos de atividade, a ACT contou com a colaboração de diversos consultores renomados, que contribuíram ou estão contribuindo para seus projetos. A equipe em 2012 é formada pelos seguintes profissionais:

Paula Johns, socióloga, diretora executiva.

Mônica Andreis, psicóloga, vice-diretora.

Anna Monteiro, jornalista, diretora de comunicação.

Clarissa Menezes Homsy, advogada, coordenadora da área jurídica.

Daniela Guedes, jornalista, coordenadora de relações institucionais.

Guilherme Eidt Gonçalves de Almeida, advogado, coordenador de advocacy.

Adriana Pereira de Carvalho, advogada.

Aline Biz, economista.

Fabiana Fregona, supervisora administrativa.

Denize Amorim, secretária da ACT Rio.

Projeto Gráfico
FW2 Agência Digital



05	Apresentação
06	A ACT / Missão, Visão e Valores
07	Histórico
08	Tabagismo no Brasil e no mundo
09	Nossa história em fatos marcantes
10	Prevenção à iniciação e desestímulo ao consumo
12	Proteção ao tabagismo passivo
14	Economia do tabaco
16	Direito e saúde
17	Tabagismo & gênero
18	Cadeia produtiva do fumo
20	Monitoramento da indústria
21	Advocacy
22	Mobilização e articulação em rede
24	Reconhecimento
26	Rede ACT



Cristo Redentor iluminado pelo Dia Mundial sem Tabaco

Apresentação

O tabagismo é a principal causa de morte evitável no mundo, ceifando quase 6 milhões de vidas por ano globalmente e aproximadamente 130 mil no Brasil¹. No século XX, foram 100 milhões de mortes e a estimativa para o século XXI, caso a tendência atual não seja revertida, é de 1 bilhão de mortes tabaco-relacionadas. Nenhuma guerra jamais matou tanto. Para mudar este cenário catastrófico, a Organização Mundial da Saúde propôs a Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (CQCT), primeiro tratado internacional vinculante de saúde pública, ratificado por 176 países até 2012, inclusive o Brasil. A CQCT traz uma série de medidas, baseadas em evidências científicas, para a redução da epidemia do tabagismo.

A missão da Aliança de Controle do Tabagismo – ACT é contribuir para a implementação da CQCT e seus protocolos no Brasil. Em 2012, comemoramos nosso aniversário de cinco anos de fundação. A formalização da ACT se deu em função da necessidade de expandir o trabalho de articulação da coalizão de organizações e ativistas que já vinha sendo realizado, informalmente, desde 2002. Temos muito o que comemorar junto com todos os membros e parceiros da Rede ACT.

Graças ao esforço, engajamento e participação, direta ou indireta, de todos os atores envolvidos nesse tema, reunimos, ao longo deste período, várias conquistas: a garantia de ambientes 100% livres de fumo para todos os trabalhadores brasileiros; a adoção de uma política de preços e impostos que aumentará consideravelmente o valor dos cigarros nos próximos quatro anos; maiores restrições à publicidade de cigarros, inclusive nos

pontos de venda; avanço significativo na construção de uma resolução proibindo a adição de sabores e aromas que tornam os cigarros mais atraentes, principalmente para os jovens. E essas medidas sempre contaram com o apoio massivo da população brasileira, verificado por meio de pesquisas de opinião.

A missão da Aliança de Controle do Tabagismo é contribuir para a implementação da CQCT e seus protocolos no Brasil

Não é à toa que a prevalência do tabagismo no país está caindo. No entanto, todos os avanços obtidos sofreram forte resistência da indústria do tabaco e de seus aliados e todas as medidas comprovadamente eficazes são contestadas no Poder Judiciário. Confirmamos que é preciso estar atento e vigilante para a manutenção dos resultados já obtidos e para poder avançar nos pontos que ainda faltam. A sociedade civil tem um papel fundamental nesse processo, reconhecido no próprio texto da CQCT, e é com muito orgulho que articulamos a Rede ACT, para que possamos continuar avançando nas políticas comprovadamente eficazes de saúde pública.

Precisamos continuar nosso trabalho e contamos com sua colaboração!

Paula Johns, diretora-executiva, ACT

¹ Aliança de Controle do Tabagismo, Carga das doenças tabaco relacionadas para o Brasil, coord. Márcia Pinto, ACT, 2012, disponível em http://www.ACTbr.org.br/uploads/conteudo/721_Relatorio_Carga_do_tabagismo_Brasil.pdf



Aliança de Controle do Tabagismo

A Aliança de Controle do Tabagismo é uma organização não-governamental voltada à promoção de ações para a diminuição do impacto sanitário, social, ambiental e econômico gerado pela produção, consumo e exposição à fumaça do tabaco.

Entre suas principais atividades está a participação ativa e qualificada na discussão e implementação de políticas públicas de controle do tabagismo. Para atingir seus objetivos, conta com uma rede composta

por representantes da sociedade civil, organizações governamentais e não governamentais, associações médicas, comunidades científicas, ativistas e pessoas comprometidas com a redução da epidemia tabagística.

O trabalho de promoção de políticas públicas de controle do tabagismo é embasado em evidências científicas e nas melhores práticas, e visa reduzir o número de mortes, doenças e incapacidades causadas pelo tabagismo ativo e passivo.

VISÃO

A ACT tem como visão contribuir para que o Brasil tenha políticas públicas abrangentes de controle do tabaco, que protejam de forma efetiva as gerações presentes e futuras do devastador impacto sanitário, social, ambiental e econômico gerado pela produção, consumo e exposição à fumaça do tabaco.

VALORES

- Reconhece a supremacia do direito universal à saúde e à qualidade de vida
- Reconhece e respeita a diversidade e pluralidade de organizações, associações, instituições e indivíduos que participam da rede
- Tem por vocação ser um espaço diversificado, não confessional, não governamental e não partidário que articula a mobilização da sociedade civil organizada para ações de controle do tabaco em nível local, regional, nacional e internacional
- Considera que ações de controle do tabaco envolvem questões de saúde, ambientais, sociais,

MISSÃO

A missão da ACT é promover e monitorar a implementação e cumprimento de medidas comprovadamente eficazes de controle do tabaco no Brasil, inclusive as preconizadas pela CQCT e seus protocolos, desenvolver a capacidade de controle do tabagismo nas cinco regiões do país, e promover e apoiar uma rede de organizações comprometidas com o controle do tabagismo e suas atividades correlacionadas.

Através de sua missão, a ACT visa consolidar essa rede para o fortalecimento do papel da sociedade civil organizada no processo de elaboração e implementação de políticas públicas de saúde.

legais, econômicas e de direitos humanos

- Esforça-se pela unidade, cooperação e confiança entre seus membros através da colaboração na defesa de seu objetivo comum
- Acredita na possibilidade de transformação de paradigmas
- Preza a transparência e a inclusão, a ética e o exercício da cidadania

Histórico

Em dezembro de 2003, por iniciativa da Rede de Desenvolvimento Humano – REDEH, em parceria com a Health Bridge e o apoio da Agência de Cooperação Internacional do Canadá (CIDA), foi realizada, em São Paulo, uma reunião para discutir estratégias para aprovação e implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (CQCT) no Brasil – primeiro tratado internacional de saúde pública criado sob os auspícios da Organização Mundial da Saúde (OMS).

Nesta reunião, estiveram presentes representantes de organizações não governamentais e governamentais dos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul, Bahia e do Distrito Federal. Foi formada, então, a Rede Tabaco Zero (RTZ), tendo como secretaria executiva a REDEH.

De 2003 a 2006, a RTZ estreitou parcerias com órgãos governamentais e realizou ações para fomentar a participação de representantes da sociedade civil na implementação de políticas públicas de controle do tabagismo, seguindo as medidas preconizadas pela CQCT. O objetivo principal destas ações era promover a saúde pública, a prevenção ao tabagismo e a redução

da prevalência, proporcionando uma melhor qualidade de vida à população brasileira.

A RTZ teve uma participação ativa no processo de ratificação da CQCT, inclusive com a presença de seus membros em audiências públicas e através de um esforço de advocacy junto a parlamentares e formadores de opinião. Por fim, depois de muita campanha de desinformação por parte da indústria do tabaco e seus aliados, que alegavam que as medidas preconizadas pela CQCT prejudicariam os fumicultores do país, o tratado foi ratificado pelo Brasil, no final de 2005, representando um primeiro caso de sucesso das ações do que viria a ser a ACT.

Em dezembro de 2006, a partir da necessidade de aumentar a estrutura para gestão e execução das atividades, foi constituída formalmente a Aliança de Controle do Tabagismo, como uma associação não-governamental. A ACT conta com uma equipe multidisciplinar formada por profissionais da área da sociologia, psicologia, direito, economia, comunicação e marketing. Possui escritórios no Rio de Janeiro e em São Paulo e representante no Distrito Federal.



Tabagismo no Brasil e no mundo

A prevalência do tabagismo no Brasil está em queda. Em 1989, 34,57%¹ da população brasileira era fumante. Em 2008, passou a 17,5%², indicando a importância das iniciativas que vem sendo adotadas no país.

O processo de ratificação da CQCT pelo Brasil, iniciado em 2003, propiciou amplo debate sobre o tema e a importância da adoção de um conjunto de medidas para deter a expansão mundial do consumo e da exposição à fumaça de tabaco e suas graves consequências. O tratado foi finalmente ratificado pelo Brasil em dezembro de 2005 e, até julho de 2012, 176 países também já o haviam ratificado³.

Com a Convenção Quadro, o Brasil assumiu internacionalmente o compromisso de executar e cumprir suas recomendações, bem como seus protocolos. Assim, novas medidas legislativas são requeridas para atender as previsões do tratado. Por exemplo, a proteção à exposição ao fumo passivo, a prevenção da iniciação ao fumo e o desestímulo ao consumo. Em 15 de dezembro de 2011, o Diário Oficial da União publicou a lei nº 12.546, sancionada pela presidente Dilma Rousseff. A nova legislação aumenta os impostos sobre produto de tabaco, proíbe o fumo em locais fechados em todo o país, públicos ou privados, e a propaganda de produtos de tabaco nos pontos de venda. A fase de regulamentação tem início em 2012.

A Convenção Quadro traz outras medidas para o controle do tabaco que ainda devem ser aperfeiçoadas ou implementadas, como o uso de advertências e imagens nos maços, o combate ao mercado ilegal de cigarros, a efetivação da proibição dos aditivos nos produtos de tabaco, a proibição da propaganda, promoção e patrocínio de eventos pelas fabricantes de produtos de tabaco, a criação e a democratização do acesso a programas de tratamento e cooperação internacional.



1 Pesquisa Nacional de Saúde e Nutrição, 1989, citada em Controle do Tabagismo no Brasil, de Iglesias e cols, pg.16, Agosto de 2007

2 Ministério da Saúde & Instituto Brasileiro Geográfico Estatística. PNAD - Pesquisa especial sobre tabagismo (PETab), 2008.

3 Uma vez ratificado, o tratado foi incorporado ao ordenamento jurídico nacional por meio do Decreto 5.658/2006, http://www.planalto.gov.br/civil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5658.htm

Nossa história em fatos marcantes

2003-2004

- Criação da Rede Tabaco Zero – grupo formado por organizações governamentais e não-governamentais para discutir estratégias para aprovação e implementação da CQCT.



2005

- Brasil ratifica a Convenção Quadro para o Controle do Tabaco, tratado internacional de saúde pública da Organização Mundial de Saúde

2006

- Consolidação da Aliança de Controle do Tabagismo - ACTbr

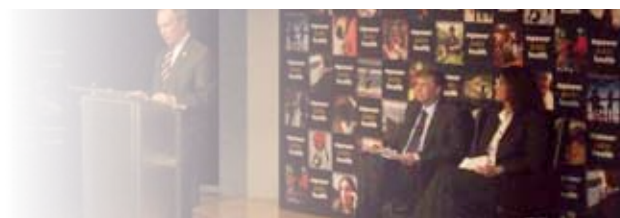


2007

- Abertura do escritório da ACT em São Paulo
- Criação do Cepalt – Comitê estadual para a promoção de ambientes livres de tabaco

2008

- Lançamento da campanha da ACT “Qualquer ambiente fechado é pequeno demais para o cigarro”
- A ACT foi convidada a presidir evento da Iniciativa Bloomberg - de apresentação da renovação do programa voltado ao controle do tabagismo e anúncio da inclusão dos fundos de investimento da Fundação Bill e Melinda Gates no setor. Nova York, EUA



2009

- Abertura do escritório da ACT no Rio de Janeiro
- Lançamento da campanha “Quem não fuma não é obrigado a fumar”
- Aprovação da Lei antifumo nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná

2010

- Paula Johns, diretora executiva da ACT foi selecionada para a Rede Ashoka, associação global de empreendedores/as sociais.
- Aprovação da lei antifumo nos estados de Rondônia e Amazonas e em vários municípios.
- Lançamento da campanha “Diga não à propaganda de cigarros”



2011

- Reunião DCNT/ ONU - A ACT foi a única organização não governamental do Brasil convidada oficialmente pelas Nações Unidas para acompanhar a reunião de alto nível sobre Doenças Crônicas Não Transmissíveis - Nova York, EUA, 2011
- Lançamento da campanha “A indústria do tabaco precisa de limite”
- Lançamento do livro da ACT “Controle do tabaco e o ordenamento jurídico brasileiro”
- Aprovação da Lei Federal 12.546 que aumenta preços e impostos do cigarro, proíbe a propaganda em ponto de venda e proíbe ambientes fechados livres de fumo para todo o Brasil.
- ACT completa 5 anos em dezembro.

2012

- Lançamento do Estudo dos Custos do Tabagismo para a Saúde
- Aprovação da proibição de aditivos nos produtos de tabaco.



Prevenção à iniciação e desestímulo ao consumo

Objetivo

Promover a proibição total da publicidade e patrocínio de produtos de tabaco e seus derivados, inclusive a promoção e patrocínio institucional das indústrias de tabaco, conforme o artigo 13 da CQCT, e a proibição de adição de sabores e açúcares aos produtos de tabaco, conforme artigos 09 e 10 da CQCT.

No Brasil, desde o ano de 2000 a propaganda comercial de produtos fumígenos estava restrita a pôsteres, painéis e cartazes na parte interna do ponto de venda. Contudo, a indústria do tabaco expandiu seus canais de comunicação com seu público-alvo, especialmente crianças e jovens, em alguns casos violando a lei que regulamenta sua publicidade.

Em relação à prevenção da iniciação e ao desestímulo ao consumo de produtos de tabaco, a ACT apoiou a ação da Anvisa na promoção da proibição de aditivos em cigarros, evitando aumentar a palatabilidade de cigarros e produtos de tabaco similares a cigarros.

Após a realização de audiências e reuniões públicas, e a despeito de intensa resistência da indústria do tabaco e seus aliados, a ANVISA publicou em 14/03/2012 a Resolução da Diretoria Colegiada – RDC 14, que dentre suas principais disposições traz a proibição de importação e comercialização no país de produto fumígeno derivado do tabaco que contenha aditivos, como aromatizantes, flavorizantes, adoçantes e edulcorantes. Esta norma, porém, somente terá validade após 18 meses de sua publicação, permitindo-se, ainda, a comercialização destes produtos no varejo pelo prazo de mais seis meses.

Trata-se, certamente, de significativo avanço no controle do tabagismo no país, muito embora o prazo para validade da norma seja muito extenso, considerando-se que o produto regulado causa dependência química, física e psíquica, é carcinogênico, e mata um em cada dois consumidores regulares.

Conquistas / ações

- Desenvolvimento de três pesquisas com o Instituto Datafolha: “Percepção dos Jovens sobre a Publicidade de Cigarros”, “Como companhias de cigarro investem na propaganda em pontos-de-venda (PDV)”, e “Opinião da população brasileira sobre a exposição dos cigarros nos PDVs e sua influência na compra”.
- Ações informativas e promocionais:
 - Produção de documentário de 20 minutos, intitulado “Diga Não à Propaganda de Cigarro”, com locução de Pedro Bial.
 - Produção do kit “Diga Não à Propaganda de Cigarro”, composto por parecer jurídico, estudo sobre PDVs, fact sheet sobre propaganda de produtos de tabaco e documentário.
 - Veiculação gratuita do documentário em sete emissoras de TV, entre canais universitários e educativos abertos nos estados do Rio Grande do Sul, Distrito Federal e Rio de Janeiro.
 - Produção de folder e anúncio da campanha criados pela agência EURO RSCG RIO

- Desenvolvimento de hot site da campanha: www.propagandasemcigarro.org.br
 - Criação da campanha “A Indústria do Tabaco Precisa de Limite”, pela agência EURO RSCG RIO, com o objetivo de alertar a população, formadores de opinião e legisladores sobre as estratégias da indústria do tabaco para atrair novos consumidores para seus produtos, especialmente os jovens.
 - Desenvolvimento de hot site da campanha: www.limitetabaco.org.br
 - Desenvolvimento de trabalhos em mídias sociais, como Twitter, Facebook, Orkut, Flickr.
- Participação no lançamento da Frente Parlamentar para o Controle do Tabaco, na Câmara dos Deputados, em Brasília.
 - Promoção do projeto intitulado “Fala Sério!”, em parceria com a Inffinito Produções e com o Instituto Nacional do Câncer, em universidades públicas e privadas do país. O objetivo foi debater questões relativas ao controle do Tabaco, como ambientes livres de fumo, as estratégias da indústria do tabaco, a publicidade de produtos fumígenos e a fumicultura. Foram feitas oito edições, com mais de 750 participantes.



LIMITE TABACO



“A PRIMEIRA VEZ QUE EU FUMEI, ACHEI HORRÍVEL. MAS A SEGUNDA, NÃO. Eu fumei escondido. Peguei um cigarro do meu pai, o liqueiro dele e corri pro play, só pra mostrar pra todo mundo que eu já tinha virado adulta, sabe? Só que não consegui. Aquela fumaça, o gosto horrível. Eu comeci a tossir e tossir, não podia controlar. Parecia uma dor de garganta que eu mesma tinha provocado. Pensei, nunca mais vou colocar esta droga na boca. Só que um dia eu fui numa festa de uma amiga e todo mundo da minha idade estava fumando. Eles disseram que aquele era gostoso. Resolvi experimentar. E foi totalmente diferente, tinha um sabor doce, de hortelã, parecia até uma bala. Ardia, mas não deixava aquele gosto de fumaça. E logo depois eu experimentei outro, de baunilha. Foi assim que eu comeci. Hoje, eu já me acostumei com o gosto do cigarro. Também, já tenho 30 anos e esses com sabor são coisa pra criança.”

MARIA CLARA, fumante desde os 13 anos

A SAÚDE COMEÇA. CIGARROS COM SABORES E AROMAS FORAM PROIBIDOS PELA ANVISA E ESTÃO COM OS DIAS CONTADOS. MAS AS ESTRATÉGIAS DOS FABRICANTES PARA ATRAIR NOVOS CONSUMIDORES NÃO PARAM POR AÍ. PODE ESTE COMÉRCIO E SUAS VÍMPIAS LIMITES E RESISTIR AO TABACO. ACESSO LIMITETABACO.ORG.BR

ACT br
Associação de Controle do Tabagismo

Vida / AMBIENTE / CIÊNCIA / EDUCAÇÃO / SAÚDE / SOCIEDADE

estadão.com.br

Leia. Reitoria da USP volta a criticar professores
estadão.com.br/educacao

Saúde. Indústria do tabaco terá 18 meses para mudar a linha de produção e escoar ou recolher o produto; resolução autoriza a adição de açúcar para repor substâncias perdidas durante o processo de secagem; associação do setor não comentou decisão da agência

Anvisa proíbe produção e comércio de cigarros com sabor e cheiro artificiais

Lígia Formenti / BRASÍLIA

Após mais de um ano de discussão e polêmica, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) aprovou ontem uma resolução que proíbe os cigarros com substâncias que mudam o sabor ou o cheiro – os chamados aditivos, que podem ser, por exemplo, de chocolate, baunilha, menta ou morango. Na prática, a medida passa a valer dentro de um ano



WILSON PEDROSA/AE

PARA LEMBRAR

Jovem prefere versão proibida

Uma pesquisa ligada à Organização Mundial da Saúde, feita em 13 capitais do País entre 2005 e 2009 com mais de 17 mil estudantes de 13 a 15 anos, mostra que os adoles-

Proteção ao tabagismo passivo

Objetivo

Tornar o Brasil livre de fumo em ambientes fechados, públicos ou privados, através da implementação de políticas públicas eficazes, trabalho de conscientização e campanhas de mobilização da população. A proibição do fumo em locais fechados é a medida preconizada no artigo 8º da CQCT como eficaz meio de proteger as pessoas da exposição à fumaça tóxica do cigarro e afins e suas graves consequências, proporcionando melhor qualidade de vida e saúde aos não-fumantes, fumantes e trabalhadores em locais fechados e semi fechados.

Conquistas / ações

- Apoio e participação na aprovação e implementação das leis estaduais, municipais e finalmente da lei federal: contatos com membros dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, participação em audiências públicas, parceria com outras organizações, manifestações de apoio via mensagens eletrônicas, moções de apoio, distribuição de materiais, artigos de opinião, entrevistas, etc. O Brasil, entre 2009 e 2011, passou a ter primeiramente leis locais que protegem a população da exposição ao fumo em locais fechados, para ao final de 2011 passar a ter uma lei federal.

- Monitoramento e acompanhamento de iniciativas em nível federal, visando alcançar o objetivo de tornar o país livre de fumo em ambientes fechados, públicos e privados. A ACT acompanhou o projeto de lei 315/2008, que propunha a modificação da lei federal 9294/96, proibindo a existência de fumódromos em ambientes fechados. As ações de apoio ao PL

Este tipo de medida também traz benefícios indiretos, como:

- Desestímulo à iniciação ao fumo em locais fechados frequentados por crianças e jovens.
- Estímulo à redução e à cessação do consumo de cigarros.
- Diminuição da aceitação social do cigarro.
- Colaboração para evitar recaídas por parte de ex-fumantes ou fumantes que estão passando pelo processo de cessação.

Leis estaduais que entraram em vigência a partir de 2009: São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Amazonas, Paraíba, Rondônia, Roraima, Mato Grosso.

Leis municipais (algumas capitais): Salvador, Manaus, João Pessoa, Juiz de Fora, Teresina, Belém, Rio Branco, Goiânia, Curitiba, Campo Grande.



Lei antifumo SP e manifestação aprovação do PL 315/08, Cong Nacional

envolveram mobilização da sociedade civil para participação em audiências públicas, envio de cartas, visitas a parlamentares e manifestações.

- Acompanhamento da tramitação do Projeto de Lei de Conversão 29/2011 (originalmente Medida Provisória 540), que avançou a política de controle do tabagismo sugerindo algumas medidas, como a criação de ambientes livres de tabaco. A ACT trabalhou intensamente para a aprovação deste projeto, com veto a alguns parágrafos que trariam um retrocesso à política de controle do tabaco, fazendo ações de advocacy através do contato com parlamentares, ações de assessoria de imprensa e mobilização dos membros da Rede ACT. O PL foi aprovado e sancionado como a lei federal nº 12.546, de 14/12/2011, e proíbe o fumo em locais fechados, públicos ou privados, em todo o país.
- Acompanhamento de ações judiciais movidas contra leis antifumo estaduais e municipais em diferentes instâncias do Poder Judiciário; contribuição com materiais e informações para Procuradorias de Municípios e Estados para a defesa das leis, contato e entrega de materiais a juízes, desembargadores e Ministros do Supremo Tribunal Federal - STF, participação nas ações diretas de inconstitucionalidade no STF na qualidade de amicus curiae.
- Desenvolvimento de campanhas publicitárias com peças para TV, rádio e jornal: *Qualquer Ambiente Fechado é Pequeno Demais para o Cigarro*, criada pela agência Neogama, e *Quem Não Fuma Não é Obrigado a Fumar*, da agência EURO RSCG, em parceria com o Instituto Nacional do Câncer (INCA).
- Desenvolvimento de hot site da campanha: <http://brasil.livredéfumo.org.br/>
- Apoio de mídia para veiculação gratuita das campanhas. Os anúncios para TV, rádio e jornal das campanhas sobre tabagismo passivo da ACT foram veiculados em mais de 70 veículos, através da política de responsabilidade social e como uma forma de apoio à causa por parte destas empresas. Os espaços de veiculação cedidos somam um valor de mais 10 milhões de reais em mídia bonificada.
- Produção de material informativo e promocional.



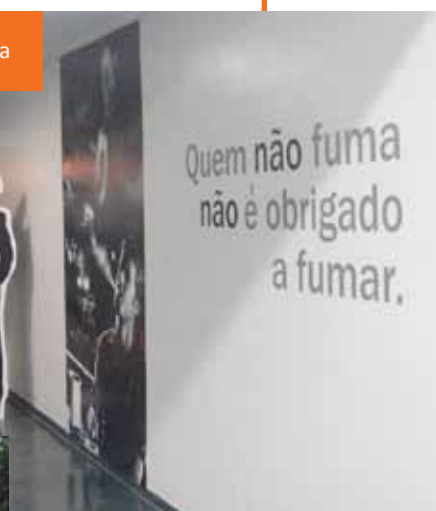
ação pela
Congresso



Campanha em Busdoor,
Outdoor e Jornal



Exposição Congresso Nacional, Brasília





Economia do tabaco

Objetivo

A Convenção-Quadro recomenda, em seu artigo 6º, o aumento de preços e impostos de produtos de tabaco, considerada pela OMS a medida mais eficaz para redução de consumo e prevalência do tabagismo, principalmente em países em desenvolvimento.

No ano de 2011, apesar da ausência de reajustes no IPI e da manutenção da tendência de aumento da renda da população, houve grandes avanços na política tributária dos cigarros, com a sanção da Lei 12.546. O novo regime tributário para o IPI dos cigarros estabelece duas opções de tributação para as empresas fabricantes de cigarros. O regime geral, com uma alíquota ad valorem de 300% sobre sua

base tributável (15% do preço final do produto), ou o regime especial, com uma alíquota específica (valor fixo em reais) e apenas duas classes fiscais – maço e box, simplificando-se o sistema que possuía seis classes, acrescido de uma alíquota ad valorem. Trouxe a novidade de estabelecer um preço mínimo em todo o território nacional, e a previsão de reajustes periódicos das alíquotas do regime especial até 2015.

Esta área também trabalha com a questão do comércio ilícito de produtos de tabaco, um dos principais entraves para o aumento de preços e de impostos dos cigarros no Brasil. Apesar dos avanços no regime tributário dos cigarros em 2011, pouco se conquistou na questão do comércio ilícito.

Conquistas / ações

- Produção e lançamento da maior pesquisa já feita no Brasil sobre o custo das doenças causadas pelo tabagismo no país.
- Estudo sobre origens do mercado ilegal de produtos de tabaco e suas consequências para o país.
- Análise de relatório produzido pela FGV Projetos contra medidas de regulamentação de produtos do tabaco.
- Produção de material informativo, tais como textos, artigos e publicações voltadas ao tema, como o motivo pelo qual aumentar a carga tributária e os preços do cigarro no Brasil; análise da situação atual em termos de preços e impostos de cigarros.
- Realização de eventos:
 - Reunião Técnica sobre preços e impostos de produtos de tabaco – São Paulo, 2009
 - Oficina com jornalistas latino-americanos sobre preços e impostos sobre produtos de tabaco – Rio de Janeiro, 2009
 - Seminário Comércio Ilegal de Cigarros – São Paulo, 2009
 - Seminário de Monitoramento do Consumo de Cigarros – Rio de Janeiro, 2010

- Oficina para discussão de metodologias de mensuração de custos do tabagismo no Brasil – Rio de Janeiro, 2010
- Oficina para apresentação do Relatório Global de Controle do Tabaco III no Brasil, em parceria com o Instituto Nacional do Câncer, Organização Pan Americana de Saúde e Tobacco Free Kids – Brasília, 2011

O ESTADO DE S. PAULO
 — JULIO MESQUITA — RUY MESQUITA —
 Quinta-feira 31 DE MAIO DE 2012 R\$ 3,00 ANO 133. Nº 43325 EDIÇÃO DE 1H estado.com.br

Caderno2
 Macbeth masculino
 Gabriel Villela monta a peça de Shakespeare só com homens

Paladar
 Para imitar a rainha
 Produtos chancelados por Elizabeth II são vendidos aqui no Brasil

Juro cai para 8,5% e aciona gatilho para poupança
 O Banco Central cortou ontem o juro básico da economia em 0,5 ponto percentual, para 8,5% ao ano, o menor patamar da história. Foi a sétima redução seguida da Selic. Com a decisão unânime do Copom, o gatilho da nova regra da poupança foi acionado. A partir de hoje, o rendimento das cadernetas será de 70% da Selic mais variação da Taxa Referencial. A mudança não afeta as poupanças antigas. **ECONOMIA / PÁG. B4**

● **Mais rentável que fundos**
 Mesmo com a nova regra, o retorno da poupança deve continuar a bater o dos fundos de renda fixa. **ECONOMIA / PÁG. B4**

País gasta R\$ 21 bilhões para tratar fumantes
 O Brasil gastou no ano passado R\$ 21 bilhões no tratamento de pacientes com doenças relacionadas ao cigarro, revela estudo inédito financiado pela Aliança de Controle do Tabagismo. O valor equivale a 30% do orçamento do Ministério da Saúde em 2011 e é 3,5 vezes maior do que a Receita arrecadou com produtos derivados do tabaco no mesmo período. O estudo demonstra ainda que o tabagismo é responsável por 13% das mortes no País. **VIDA / PÁG. A24**

Condernado 1º líder desde Nuremberg
 INTERNACIONAL / PÁG. A19

Papa se diz triste com vazamento de dados
 VIDA / PÁG. A27

Presidente do TRE de São Paulo é afastado
 NACIONAL / PÁG. A10

Tempo na capital
 23° Máx.
 15° Min.
 Aumento de nuvens e chuva
 H.O.E. 108 PÁGINAS
 18 DE CLASSIFICADOS

NOTAS E INFORMAÇÕES
Para o bem do Supremo
 Uma nota austera e cabal teria sido, para Gilmar Mendes e para o STF, a melhor resposta aos rumores. **PÁG. A3**

ALFREDO SIRKIS
Complicando a verdade
 A Comissão da Verdade terá sua serventia se for para vacinar a sociedade brasileira contra o conjunto de erros cometidos desde 1946. **ESPAÇO ABERTO / PÁG. A2**

CHEN GUANGCHENG
A lei na prática
 O governo da China precisa fazer frente a importantes divergências entre a lei tal como redigida nos códigos e na prática. **VISÃO GLOBAL / PÁG. A22**

FERNANDO REINACH
De costas para o futuro
 Para os mais de 2 milhões de habitantes da Bolívia, Peru e Chile que falam a língua aimará, o passado está à nossa frente e o futuro, às nossas costas. **VIDA / PÁG. A27**

Goleada, Leandro Damiano, Sandro, Neymar e Marcelo comemoram com grande atuação de Oscar, Brasil venceu os EUA por 4 a 1. **PÁG. E1**

Março de 2008

Análise da situação atual em matéria de preço e impostos de cigarros
 Estudo do economista Roberto Iglesias para a Aliança para o Controle do Tabagismo

ACT.br
 Aliança de Controle do Tabagismo

Estimativa do Impacto de Restaurantes e Fumo
 Consultoria

Porque aumentou o preço do cigarro

Análise dos Socioeconômicos ANVISA, dos Assessorias de Consultas Públicas assinado pela F...

Sem lâmpadas, CET canibaliza semáforo em SP
 A escassez de lâmpadas novas – pela falta de contrato com fornecedores – está fazendo a Prefeitura reaproveitar lâmpadas usadas de outros semáforos para manter o serviço em cruzamentos. O Estado flagrou remanejamento no Ipiranga. **METRÓPOLE / PÁG. C1**

Fifa, agora cobra de obras
 No Rio para divulgar as seleções, em 2010 a Fifa, Jérôme Valcke, mas no fato de a Mundial estarão quer ver um Brasil novo em folha. Não há necessidade", disse. **ESPORTES / PÁG. E2**

Direito e saúde

Objetivo

Promover um diálogo entre as áreas da Saúde e do Direito para contribuir com o Poder Judiciário no julgamento de ações envolvendo políticas públicas de controle do tabaco e reparações de danos causados a fumantes e familiares.

A tentativa de interferência da indústria do tabaco junto ao Poder Judiciário se dá de muitas formas. Uma delas é o patrocínio sistemático de congressos e seminários jurídicos pelo Brasil, e mesmo de encontros de magistrados, membros do ministério público e da

defensoria pública em hotéis ou resorts em lugares turísticos. Até mesmo congressos internacionais reunindo juízes de vários países, além dos brasileiros, já receberam dinheiro da indústria do tabaco nacional. A determinação da Convenção Quadro para que as Partes protejam suas políticas públicas de saúde da interferência da indústria precisa, urgentemente, ganhar concretude na legislação brasileira. Isso significa, por exemplo, que o Brasil deve adotar normas de modo a regulamentar e/ou impedir patrocínios ou fornecimento de recursos a eventos jurídicos ou aos tribunais brasileiros pela indústria do tabaco.

Conquistas / ações

Publicações sobre o tema:

- O Veredicto Final: Trechos do processo Estados Unidos x Philip Morris e outras tabaqueiras, 2008
- A indústria do tabaco no Poder Judiciário: Pesquisa sobre ações indenizatórias promovidas contra a indústria do tabaco, 2008
- Pesquisa Jurisprudencial sobre ações indenizatórias em face da indústria do tabaco, 2011
- Livro: Controle do Tabaco e Ordenamento Jurídico Brasileiro, 2010

Eventos de capacitação promovidos pela ACT:

- I Encontro sobre Direito e Controle do Tabaco – São Paulo, 2009
- Congresso Internacional: O Poder Judiciário e o Controle do Tabaco – Brasília, 2010
- II Encontro sobre Direito e Controle do Tabaco – São Paulo, 2010
- III Seminário de Advogados da América Latina sobre o Uso de Recursos Legais para o Controle do Tabaco, Rio de Janeiro, 2011
- Seminário Desafios e Oportunidades para a Proibição da Publicidade de Tabaco – Rio de Janeiro, 2011



Tabagismo & gênero

Objetivo

Debater os diversos fatores que envolvem a produção e o consumo do tabaco e seus impactos socioeconômicos na população considerando as relações de gênero, dando início a uma discussão mais aprofundada sobre tabaco e gênero a ser desenvolvida a partir de projetos de pesquisa.

Dessa forma, a ACT envolveu o movimento brasileiro de mulheres na agenda do controle do tabagismo, em especial enfocando os efeitos causados na saúde das mulheres, por meio de um diagnóstico participativo encaminhado pelos grupos participantes.

Conquistas / ações

Seminário Tabaco e Gênero – Rio de Janeiro, 2009

O encontro reuniu cerca de 20 representantes de organizações não governamentais e governamentais, no Rio de Janeiro, com o objetivo de ampliar a participação, a credibilidade e o papel da sociedade civil organizada no controle do tabagismo e sua interface com as relações de gênero no país.

Na ocasião, foi lançado um edital visando promover estudos científicos, que contemplassem a perspectiva de gênero e contribuíssem para o trabalho de advocacy, na formulação de políticas públicas dirigidas ao controle do tabaco no Brasil.

Publicações sobre o Tema:

- Tabagismo e Saúde Feminina, 2009
- Tabaco e Gênero no Brasil: Diferentes Olhares, 2010
- Pesquisa Gênero e Tabaco – As mulheres e o tabagismo: Uma nova questão na agenda feminista, 2010





Cadeia produtiva do fumo

Objetivo

Contribuir para a formulação, aprimoramento, efetividade e continuidade de políticas públicas dirigidas à supressão, redução e mitigação dos impactos socioambientais da cadeia produtiva do tabaco, decorrentes das práticas das indústrias que abastecem o mercado de consumo mundial de tabaco.

Esta medida está prevista nos artigos 17 e 18 da CQCT, que recomenda buscar alternativas sustentáveis à fumicultura para aqueles agricultores em países em desenvolvimento que vierem a ser prejudicados frente à eficácia das políticas de controle do tabagismo e à redução e cessação do consumo.

Conquistas / ações

- Combate às violações de direitos humanos cometidos pela indústria de tabaco via ações civis públicas movidas pelo Ministério Público do Trabalho, nos estados do Paraná e Santa Catarina.
- Participação, através da Framework Convention Alliance e Corporate Accountability International, nos grupos de estudo e de trabalho da OMS para os artigos 17 e 18 da CQCT.
- Participação e colaboração em congressos, seminários, palestras, audiências públicas e reuniões de trabalho da Secretaria de Agricultura Familiar, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, referentes ao Programa de Diversificação Produtiva em Áreas Cultivadas com Tabaco.
- Elaboração, realização e apoio a pareceres, reportagens, vídeo documentação, foto documentação, pesquisas científicas e publicações técnicas dirigidas à divulgação, informação, esclarecimento e formação de opinião para o público em geral e, particularmente, para legisladores que se encontrem sujeitos às influências indevidas da indústria do tabaco.
- Acompanhamento do processo legislativo em âmbito federal e nos estados, e da execução das políticas públicas dirigidas à supressão, redução e mitigação dos impactos socioambientais da cadeia produtiva do tabaco.
- Monitoramento das práticas da indústria do tabaco via Câmara Setorial do Tabaco, no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
- Pesquisa em parceria com o Institute for Global Tobacco Control da Bloomberg School of Public Health, John Hopkins University, sobre a contaminação por nicotina entre famílias de agricultores que plantam tabaco no estado do Rio Grande do Sul.

Eventos de capacitação promovidos pela ACT:

- Tabaco e Relações de Trabalho – Curitiba, 2009
- Seminário Diversificação na Agricultura Familiar – Paraná, 2009
- Lançamento do Mutirão pela Diversificação – Pelotas/RS, 2010



Monitoramento da indústria

Objetivo

A Convenção Quadro para o Controle do Tabaco reconhece que a indústria do tabaco atua de forma a interferir nas políticas públicas de saúde, e que as Partes têm obrigação de proteger tais políticas desta interferência. O que se tem visto no Brasil, assim como na experiência internacional, é justamente a atuação da indústria do tabaco no sentido de impedir ou retardar a adoção das medidas previstas na Convenção Quadro.

Portanto, monitorar as estratégias de marketing e as ações da indústria do tabaco junto aos Poderes

Executivo, Judiciário e Legislativo é fundamental e um dos objetivos dessa área.

Exemplos de monitoramento da indústria do tabaco:

- propaganda de cigarros nos pontos de venda
- patrocínio institucional de eventos voltados aos jovens, juristas, mercado publicitário, cultura
- uso de aditivos nos cigarros
- embalagens atraentes para chamar atenção dos jovens
- programas de responsabilidade social
- uso de grupos de frente pela indústria
- lobby em diversas instâncias do poder



Advocacy

Em todas essas áreas de atuação a ACT utiliza a poderosa ferramenta de Advocacy, que organiza e fortalece as ações empreendidas em parceria com as organizações da Rede ACT. Em termos gerais, advocacy significa lutar em conjunto por uma causa comum, por meio da conscientização da sociedade, capacitação de agentes multiplicadores, mobilização da população e acompanhamento da atuação do poder público.

A ACT desenvolve ações de advocacy para o controle do tabagismo no Brasil, que integram um conjunto de iniciativas e fazem parte da história da ACT, envolvendo:

- Apoio e acompanhamento à implementação, em âmbito nacional, das diretrizes e protocolos da CQCT.
- Acompanhamento de proposições de leis no Poder Legislativo e Executivo, através de participação em audiências públicas, contatos com parlamentares, acompanhamento de projetos e aprovação de leis, implementação e seu cumprimento.

- Acompanhamento de ações judiciais e administrativas em tramitação em diferentes instâncias do Poder Judiciário e em órgãos públicos, que envolvam políticas públicas para o controle do tabaco, e em alguns casos a ACT atua nestes processos como autora, litisconsorte ou amicus curiae.

- Mobilização da sociedade civil e de formadores de opinião

- Desenvolvimento de Pesquisas:

- Pesquisas de opinião pública sobre ambientes livres de fumo, influência da publicidade de cigarros nos pontos de venda para os jovens, aumento de impostos sobre tabaco.
- Qualitativas / quantitativas: impacto econômico de ambientes livres de fumo, medição da qualidade do ar em ambientes fechados, localização e características dos pontos de venda, tabaco e gênero, ações judiciais de reparação civil contra a indústria do tabaco.



Mobilização e articulação em rede

Objetivo

Uma das ações da ACT é consolidar uma rede formada por representantes da sociedade civil interessados no controle do tabagismo, a fim de multiplicar a causa. Participam da rede integrantes de entidades públicas e privadas, de organizações sem fins lucrativos e não-governamentais, profissionais liberais, pesquisadores, estudantes e cidadãos que desenvolvem atividades ligadas a áreas impactadas pelo tabagismo, como saúde individual e coletiva, direitos humanos, meio ambiente, jovens e mulheres.

Os membros da Rede ACT têm acesso a informações exclusivas sobre as principais notícias e eventos da área de controle do tabagismo, além de contatos, oportunidades e materiais de campanhas.

O objetivo desta área de atuação é promover o fortalecimento e o engajamento da rede de representantes da sociedade civil no controle do tabagismo através da troca de experiências, capacitação, planejamento e execução de ações na promoção de políticas públicas de saúde. Além de coordenar a Rede ACT, a ACT faz articulação institucional com fóruns de mobilização e movimentos sociais nas áreas de saúde, gênero, raça e etnia, meio ambiente, direitos humanos, direito do consumidor e dos trabalhadores, justiça social, proteção à infância e juventude, combate à corrupção e democratização da informação.

POR QUE OS CIGARROS TÊM SABORES E EMBALAGENS COLORIDAS?
PARA ATRAIR CRIANÇAS E ADOLESCENTES.



Conquistas / ações

Seminários de capacitação promovidos pela ACT:

- Seminário Internacional – Controle Social do Tabaco em Debate – Propostas de Atuação – Brasília/DF, 2006
- Sociedade Civil Organizada e Controle do Tabaco: enxergando além da ponta do iceberg – São Paulo/SP, 2007
- I Seminário Alianças Estratégicas para o Controle do Tabagismo – Salvador/BA, 2008
- II Seminário Alianças Estratégicas para o Controle do Tabagismo – São Paulo/SP, 2009
- III Seminário Alianças Estratégicas para o Controle do Tabagismo – Rio de Janeiro/RJ, 2010
- IV Seminário Alianças Estratégicas para o Controle do Tabagismo – Brasília/DF, 2011
- V Seminário Alianças Estratégicas para o Controle do Tabagismo - Brasília/DF, 2012



PORQUE A INDÚSTRIA DO TABACO PRECISA DE LIMITE.

#LIMITETABACO

RELATÓRIO INSTITUCIONAL 2007-2012



Assine o abaixo-assinado:

LIMITETABACO.ORG.BR

#LIMITETABACO

 **FUNDAÇÃO DO CÂNCER**
com você, pela vida

ACT br
Aliança de Controle do Tabagismo

Para mobilização e sensibilização da população, a ACT realiza ações junto à mídia através de atividades de assessoria de imprensa e a promoção de campanhas educativas sobre medidas de prevenção.

Campanhas ACT:

- Qualquer Ambiente Fechado é Pequeno Demais para o Cigarro
- Diga Não à Propaganda de Cigarros
- Quem não Fuma não é Obrigado a Fumar
- Limite Tabaco

Reconhecimento

- Dia Mundial Sem Tabaco 2005 – AWARD
Organização Mundial da Saúde – Profissionais de Saúde contra o Fumo
- Iniciativa Bloomberg - A ACT foi convidada a presidir evento de apresentação da renovação do programa Bloomberg voltado ao controle do tabagismo e anúncio da inclusão dos fundos de investimento da Fundação Bill e Melinda Gates no setor. Nova York, EUA, 2008



- Mérito Valorização da Vida – Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (Senad) - 2009
- Certificado Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo — parceria e participação no Programa de Educação em Saúde para a Comunidade com o Tema: Álcool, Tabaco e outras Drogas e Doenças Sexualmente Transmissíveis e AIDS – 2009
- Certificado Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo — parceria no Programa de Educação em Saúde para a Comunidade com o Tema: Álcool e Tabaco - 2009

- Certificado de Reconhecimento de Entidade Promotora de Direitos Humanos concedido pela Secretaria de Justiça e da Defesa da Cidadania do governo do Estado de São Paulo — 2011
- Reunião DCNT/ ONU - A ACT foi a única organização não governamental do Brasil convidada oficialmente pelas Nações Unidas para acompanhar a reunião de alto nível sobre Doenças Crônicas Não Transmissíveis - Nova York, EUA, 2011

- Paula Johns, diretora executiva da ACT, é vice-presidente da ADESF – Associação em Defesa da Saúde dos Fumantes (www.adesf.com.br), e presidente da FCA – Framework Convention Alliance, aliança internacional para a implementação da Convenção Quadro (www.fctc.org). Em dezembro de 2010, foi selecionada para a Rede Ashoka, associação global de empreendedores/as sociais.

- Membros da equipe participaram do Programa de Liderança em Controle do Tabaco na Escola de Saúde Pública da Johns Hopkins University, em Baltimore, EUA, e do Programa de Liderança, promovido pela The Union (União Internacional contra Tuberculose e Doenças do Pulmão), no México.

Participação da ACT em eventos

Desde sua criação, a equipe da ACT participa de eventos nacionais e internacionais para capacitação ou divulgação da causa, dentre os quais destacam-se:

- Conferência das Partes da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco: COP1 (Genebra 2006), COP2 (Tailândia, 2007), COP3 (África do Sul, 2008) e COP4 (Uruguai, 2010).

- 5a Conferência Nacional Tabaco ou Saúde – Edmonton, Canadá, 2007
- 2a Oficina Interamericana de Pesquisa em Controle do Tabaco - Colônia, Uruguai, 2007
- 3º, 4º e 5º Programa de Liderança Global em Controle do Tabagismo – Johns Hopkins University – Baltimore, EUA, 2008, 2009, 2010
- 13a Conferência Mundial em Tabaco ou Saúde – Washington, DC, 2006
- 14a Conferência Mundial em Tabaco ou Saúde – Mumbai, Índia, 2009
- 6a Conferência Nacional Tabaco ou Saúde – Montreal, Canadá, 2009
- XII, XIII, XIV Simpósio Internacional sobre Tratamento de Tabagismo e VIII, IX, X Simpósio Internacional sobre Álcool e outras Drogas - Rio de Janeiro, 2009, 2010, 2011
- Congresso Mundial de Câncer – União Internacional Contra o Câncer – UICC – Shenzhen, China, 2010
- 2a Reunião de Alto Nível das Nações Unidas sobre Doenças Crônicas Não Transmissíveis, Nova York, 2011.
- 15a Conferência Mundial em Tabaco ou Saúde, Cingapura, 2012





Rede ACT

Parceiros Internacionais

- American Cancer Society
- Bloomberg Institute of Philanthropies
- FCA – Framework Convention Alliance
- FIC – Fundación Interamericana del Corazón
- Globalink
- Health Canada
- International Union Against Tuberculosis and Lung Disease
- INWAT – International Network of Women Against Tobacco
- Pfizer Foundation
- Tobacco Free Kids
- World Lung Foundation

Parceiros Nacionais

- ABM – Associação Brasileira de Medicina
- ABMM – Associação Brasileira das Mulheres Médicas
- ABO – Associação Brasileira de Odontologia
- ABPS - Associação Brasileira de Promoção da Saúde
- ACAT – Associação de Controle do Alcoolismo e do Tabagismo
- ACCBC – Associação de Combate ao Câncer do Brasil Central
- ACCGD – Associação de Combate ao Câncer
- ADECON-PE – Associação de Defesa da Cidadania e do Consumidor
- ADESF – Associação e Defesa da Saúde do Fumante
- ADOTE – Aliança Brasileira para Doação de Órgãos e Tecidos
- AGENDHA – Ass. e Gestão em Estudos da Natureza, Desenvolvimento Humano e Agroecologia
- Aliança Hip Hop
- AMMG – Associação Médica de Minas Gerais
- AMOFE – Associação de Moradores da Federação
- AMUCC – Associação Brasileira dos Portadores de Câncer
- ANDI – Agência de Notícias e Direitos da Infância
- ANENT – Associação Nacional de Enfermagem do Trabalho
- Associação Bahiana de Medicina
- Associação Cultural e Beneficente Ilê Mulher
- Associação de Amigas da Mama
- Associação Médica da Paraíba
- Associação Nacional de Medicina do Trabalho
- Associação Petropolitana de Pacientes Oncológicos

- ASSOCRIO – Associação de Amigos do Crio
- Bem Mulher
- CAPS/AD Jequié
- CEADDH – Centro de Estudos Avançados de Defesa dos Direitos Humanos
- Centro de Apoio a Tabagista
- Centro de Direitos das populações dos Carajás
- Centro de Estudos e Trabalhos Mulheres Encarceradas
- Centro de Protagonismo Juvenil de Campo Grande
- Centro Psicológico de Qualidade de Vida
- Cepagro – Centro de Estudos da Agricultura de Grupo
- CESAM-ES – Centro Salesiano do Menor
- Cetro – Centro de Câncer de Brasília
- Colégio Brasileiro de Cirurgiões
- Coletivo Feminino Plural
- Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde
- Coletivo Triunfo
- Comunidade S8
- Comunidade Terapêutica Resgate para Cristo
- Conselho de Moradores Novo Horizonte Sussuarana
- Coturno de Vênus
- CRATOD – Centro de Referência de Álcool e outras Drogas
- CREMESP - Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo
- Curumins Cia Teatral
- DESER - Departamento de Estudos Sócio-Econômicos
- Elas por Elas Vozes e Ações das Mulheres
- Escola Estadual José Garcia Leal
- Estratégia de Saúde da Família de Dois Irmão do Buriti
- Fumantes Anônimos
- Fundação Aninpa do Brasil
- Fundação do Câncer
- Fundo Infinito de Responsabilidade Social
- GEMDAC – Gênero Mulher Desenvolvimento e Ação para Cidadania
- Germen – Grupo de Defesa e Promoção Sócio-Ambiental
- Griô
- Grupo de Mulheres Extrativistas
- HCOR – Hospital do Coração
- Hospital da Aeronáutica de São Paulo
- Hospital Universitário de Juiz de Fora
- ICONES – Instituto para o Consumo Ativo Sustentável
- INCA – Instituto Nacional do Câncer
- ING – Instituto Guardiães da Natureza
- Instituto Alana
- Instituto Chico Anysio

- Instituto de Economia Solidária
- Instituto Ipanema
- Instituto Oncoguia
- Instituto Terra, Trabalho e Cidadania
- Instituto Vida Solidária
- Instituto Viver da Mata
- Instituto Prevenir de Responsabilidade Socioambiental
- Liga Amazonense Contra o Câncer
- Liga de Combate ao Câncer de Bento Gonçalves
- Lions Clube de Maceió Jatiúca
- Maria Mulher
- Metropolitana Educação Profissional
- Movimento Floripa Sem Cigarro
- Mulheres na Comunicação
- NEOM – Núcleo de Estudos e Organização da Mulher
- Núcleo de Estudos e Tratamento do Tabagismo da UFRJ
- Núcleo Integrado de Saúde Coletiva – UPE
- Observatório da Mulher
- Portal Tabagismo online
- Prevfumo – Núcleo de Apoio à Prevenção e Cessação do Tabagismo
- Programa Nacional de resistência às drogas e violência
- Programa Permanente UCPEL mais saudável
- Proteste – Associação de Consumidores
- Rede 3setor
- Rede de Informação Um Outro Olhar
- Rede de Municípios Saudáveis da Unicamp
- Rede de Municípios Saudáveis de Curitiba
- Rede Feminina de Combate ao Câncer
- Rede Feminina de Combate ao Câncer – SC
- Rede Feminista de Saúde
- Rede Papel Bituca
- Saúde Direta
- SBPT – Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia
- Serviço à Mulher Marginalizada
- Sindicato Agentes Comunitários de Saúde do Sul da Bahia
- Sinthoresp
- SINTRATEC
- SOBED – Sociedade Brasileira de Endoscopia Digestiva
- Sociedade Brasileira de Cardiologia
- Sociedade Brasileira de Dermatologia
- Sociedade Brasileira de Hepatologia
- Sociedade Brasileira de Oncologia Clínica
- Sociedade de Pneumologia da Bahia
- Sociedade Médico-Cirúrgica do Pará
- Sociedade Mineira de Cardiologia
- SOS – Rio Capivara
- Terra de Direitos
- UNAMA – Universidade da Amazônia



Aliança do Controle do Tabagismo

Rua Batataes, 602, cj 31, CEP 01423-010, São Paulo, SP

Tel/fax: (11) 3284-7778, 2548-5979

Av. N. Sa. Copacabana, 330/404, CEP 22020-001, Rio de Janeiro, RJ

Tel/fax: (21) 2255-0520, 2255-0630

act@actbr.org.br

actbr.org.br | blog.actbr.org.br

twitter.com/actbr | facebook.com/actbr



Utilize o leitor QR Code do seu celular para acessar